pação de voltar a atribuir à França as relações privilegiadas que já teve com o continente africano. Por outro lado, Sarkosy é um crítico contundente da política nuclear iraniana e tentou uma aproximação atlântica com os Estados Unidos da América. Esta nova visão estratégica no plano internacional dependerá sempre daquele que ocupar a pasta dos negócios estrangeiros no Palácio de Matignon. Mas não podemos esquecer que estas promessas são contracorrente com o passado e com a opinião pública francesa. Sarkosy tem um grande desafio pela frente porque foi neste campo que a Presidência de Chirac teve uma maior adesão popular.

Nicolas Sarkosy foi severamente acusado, como ministro do interior, de não saber lidar com os imigrantes e de fazer renascer o espectro do racismo em França. Um dos maiores problemas que a França tem de resolver é precisamente a questão dos imigrantes de segunda geração. Com o fim de melhorar a situação daqueles foi proposta a criação de um Ministério da Integração e da Identidade Nacional com o objectivo de regular este problema em cooperação com os países de origem. Todos os imigrantes expulsos do país deixarão de poder pedir um visto de trabalho ou residência durante um período de cinco anos. Por outro lado, pretende atribuir incentivos fiscais a todos aqueles que invistam nos seus países de origem. A imigração tenderá a ser qualitativa e não quantitativa. Resta saber qual será a aceitação destas medidas junto das diversas comunidades emigrantes. É verdade que quando ocupou a pasta da administração interna mostrou uma certa ingenuidade na forma como se dirigiu àqueles. Não obstante, o número de votos que foi buscar junto dos tradicionais eleitores da extrema-direita francesa, nomeadamente à Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen, pode ser considerada como uma aproximação aos bairros mais problemáticos. É que muitos dos eleitores do dirigente da extrema-direita eram habitantes desses bairros. Estará Sarkosy a utilizar uma linguagem típica de uma determinada corrente política?

No campo das ideias, o novo Presidente denunciou o martírio das enfermeiras búlgaras condenadas à morte na Líbia, condenou os massacres no Darfour e, por outro lado, mostrou-se empenhado na crítica constante da violação das liberdades individuais afirmando que "o silêncio é cúmplice".

A crença na França e nos Franceses foi determinante na campanha presidencial. Esta confiança, o carisma e a vontade em renovar aspectos estruturais da vida francesa foram elementos chave para a chegada de Sarkosy ao Eliseu. Assim, os próximos cinco anos serão determinantes para a vida política dos gauleses. As tão anunciadas reformas serão implementadas? Haverá uma verdadeira rotura com o modelo social francês? Por enquanto ainda é cedo para se apresentarem conclusões. Sarkosy tem o apoio de uma vasta maioria da população francesa, tem carisma e o facto de ser um vencedor nato. A França fica a aguardar por resultados daquele que tanto os prometeu.

* MESTRANDO DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA E DO PROGRAMA EUROPAEUM

POR **JOÃO PEREIRA COUTINHO***

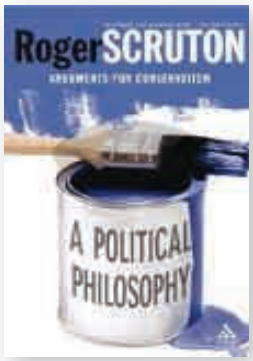
Um manual de conservação

Roger Scruton começa a fazer o seu caminho em Portugal. Já não era sem tempo. Tido como um dos mais relevantes intelectuais britânicos de hoje, o mercado português foi ignorando o nome e a obra até que a editora Guerra e Paz desfez o feitiço. Começou com *O Ocidente e o Resto*, uma reflexão sobre o terrorismo contemporâneo que tive o prazer de prefaciar; e continuou com o delicioso *Guia de Filosofia para Pessoas Inteligentes*, um manual temático onde Scruton revisita os problemas centrais do pensamento humano.

Posto isto, espera-se agora que o último livro de Scruton, *A Political Philosophy*, encontre também caminho para a língua lusa. A obra, escrita com a elegância habitual, reúne 11 ensaios que comprovam a tenacidade

do autor em não permitir que o conservadorismo seja reduzido a um mero «temperamento» ou «disposição». O conservadorismo pode ser defendido de forma sistemática, sem que essa ambição teórica ponha em risco a natureza anti-teórica da ideologia. Porque existem teorias e teorias, ideologias e ideologias.

Entre os ensaios, é possível encontrar temas e argumentos que são caros aos conservadores, e mais particularmente a um conservador como Scruton. É o caso da defesa do estado-nação num mundo que procura transferir para organismos supra-nacionais o essencial da decisão política. Um erro, avisa Scruton, que não concebe o exercício democrático sem a existência prévia de um conjunto de seres humanos que se conhecem e reconhecem num mesmo território, capazes de partilhar uma cultura, uma memória e mesmo um propósito comum. «A primeira pessoa do singular é a pré-condição da política democrática», escreve o autor, «e o preço de a perder é a desintegração social.» Eis a principal ameaça de hoje, sobretudo na Europa: conceber a política como se os seres humanos fossem simples autómatos sem passado. Sem um lugar que possam reclamar como seu. Não se trata, e Scruton expressamente afirma-o, da «xenofobia» militante com que normalmente se encerra o debate por intimidação. Até porque o problema das sociedades modernas não está na «xenofobia». Está, pelo contrário, na «oikophobia»: no repúdio de uma herança e de uma Casa comum como princípio de todas as lealdades sociais e políticas.



A Political Philosophy
Roger Scruton
London, Continuum, 2006, 214 págs.

Mas a importância deste livro não se limita à reafirmação de preocupações clássicas do conservadorismo clássico. Scruton entende que certos temas «fracturantes» também exigem uma resposta conservadora, apesar dos conservadores se terem retirado voluntariamente dos debates «sociais» ou «culturais». Do casamento (heterossexual) à eutanásia e à morte assistida; do relativismo moral (e epistemológico) aos «direitos» dos animais, Scruton não teme a heterodoxia dos temas. Um dos exemplos mais eloquentes encontra-se no ensaio «Conserving Nature», uma defesa ambientalista (e conservadora) da nossa herança ecológica. Na melhor tradição burkeana, Scruton entende que a defesa literal do mundo físico presente é a melhor forma de respeitar a herança dos mortos e dos que estarão para vir.

Deixei propositadamente para o fim aquele que me parece o melhor ensaio. Intitula-se «The Totalitarian Temptation» e Scruton, recusando uma análise «ideológica» ou «sistémica» do fenómeno, defende como a tentação totalitária é, antes de mais, a tentação própria dos ressentidos: daqueles que, incapazes de resolver no seu íntimo dilemas ou frustrações pessoais, procuram pelo exercício do poder político uma forma de destruição (e recriação) do mundo de que eles se sentem excluídos. Não admira, por isso, que ao chegarem ao poder, os ressentidos procurem, desde logo, destruir as instituições que conferiam poder aos outros: a lei, a propriedade privada, a religião e qualquer outra forma de hierarquia ou privilégio. Um gesto radical que implica, para o ressentido, a escolha de um grupo (leia-se: de um inimigo) capaz de expiar todas as falhas: a aristocracia para os jacobinos; os judeus para os nazis; os burgueses e os kulaks para a tirania soviética.

Para os leitores da melhor literatura russa do século XIX, a tese talvez não seja inteiramente original: ler Turgenev ou Dostoiévski é encontrar, em páginas de violência luminosa, as personagens moralmente mutiladas que acabariam por horrorizar o século XX. Mas não deixa de ser notável que um filósofo de formação clássica esteja interessado em relembrar-nos a mais velha lição do mundo: que a política começa com seres humanos concretos, que muitas vezes transportam para a esfera pública os seus próprios ressentimentos privados.

*DOUTORANDO DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS
E DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CRONISTA DO SEMANÁRIO E DO EXPRESSO

FAÇA PARTE DA Nova Cidadania
NOVA CIDADANIA.